

ATA Nº 007/2021

Aos dezenove dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, às treze horas, reuniram-se nas dependências da Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, os membros do CACS (Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB). O presidente Celso iniciou a reunião, agradecendo a presença de todos, falou que a demora em reunirmos este mês se deve aos feriados, começou então apresentando a folha de pagamento do mês de setembro de 2021, referente aos 70% do FUNDEB e 30% do FUNDEB, passando para que todos os presentes possam fazer a conferência. Chamando a atenção para as pautas da última reunião, em específico ao pagamento de 1/3 de férias sobre os 45 dias de férias do professor e não apenas sob os 30 dias como vem sendo feito. Colocou ainda que foi questionado como o município está se organizando para concessão de licenças prêmio. O secretário Paulo Celso justificou que o município tem atendido as demandas da licença prêmio conforme direito previsto no PCCS, colocando que a situação hoje é que até o fim do ano não pode haver novos contratos pois não poderão ser gerados novos gastos. Todas as novas contratações estavam previstas no lotacionograma. Com relação ao 1/3 de férias sob o período de férias proporcional aos 45 dias o secretário comunicou que ao solicitar um parecer ao jurídico, foi informado que tramitava processo na justiça movido pelo SINTEP sob o número: 3145-34.2017.8.0019, portanto agora é preciso aguardar o parecer do processo, nada podendo ser feito antes de sua conclusão. A secretária da Creche Municipal Renata trouxe a questão referente aos descontos do INSS realizados nos cargos comissionados e nas horas excedentes, ao que o secretário colocou que também não concorda e que vai estar fazendo a conferência junto ao jurídico. Eu Eliane apresentei demandas tragas pelos professores da creche com relação ao pagamento do reajuste de salário conforme previsto no piso do magistério que segue o custo

valor aluno do FUNDEB. O secretário pontuou que será feito uma pequena reforma administrativa na tentativa de equiparação e superação de discrepâncias salariais entre diferentes salários em diferentes secretarias, assim, colocou que com relação ao pagamento da RGA esse valor será proporcional, o que tem sido feito todo ano, e que caso descumpra a lei de responsabilidade fiscal não pode ser pago. Considerando que já ultrapassamos o piso nacional portanto o que não pode é ser pago abaixo do piso nacional. O presidente Celso questionou como está sendo feito esse cálculo, e qual percentual vem sendo considerado. Em seguida o secretário explicou que os gestores nomeados cumprirão o mandato de dois anos como vinha sendo feito, justificando que a eleição não foi feita inicialmente pois usando do princípio da legalidade foi feita nomeação, mas que nada impede que após concluído estes mandatos seja feita a eleição. Foi levantada a questão de um debate em torno da possibilidade de venda da licença prêmio, e a presidente do SINTEP Luciana Macedo colocou o risco da perda do direito a licença prêmio caso aprovada a PEC 32, ao que o secretário da educação Paulo Celso colocou que não há nenhuma discussão neste sentido, sendo essa uma discussão infundada. Diante disso os presentes começaram a debater a questão dos gastos, demandas e impactos sofridos com a pandemia da COVID-19. A secretária Renata perguntou se a escola municipal deixará de atender o oitavo e o nono ano, ao que o secretário da educação disse que não há uma pretensão em fazê-lo. Em seguida Renata questionou ainda se há estrutura adequada para esse atendimento, ao que o secretário respondeu que há planejamento de reformas, contudo, há a necessidade de licitação e outras mobilizações, e o prefeito já está contratando uma empresa de engenharia e organizando para que seja viável. O diretor da escola municipal João colocou a demanda para essas reformas para que possa ocorrer um bom atendimento, ao que o secretário colocou que será feito; pontuando que também estão sendo feitos vários estudos, com

possibilidade de que se efetive a aprovação de construção de um espaço (CMEI) para atendimento de toda a Etapa de Educação Infantil (creche e pré-escola), essa viabilidade está prevista conforme projeto no MEC e recurso do FNDE para viabilizar essa construção. O secretário compartilhou ainda que estará sendo feita a aquisição de novos veículos um para o transporte escolar adaptado e um para a secretaria de educação. O diretor da escola municipal colocou a questão da autorização da escola e a necessidade de organizar o documento que configura o “regimento” da instituição para a autorização de funcionamento, pois o que foi apresentado não foi aceito, lembrando que essa autorização é feita a cada 5 anos. O diretor questionou então como será feita essa organização, se em conjunto com a comunidade escolar, profissionais da educação e outros, ao que foi colocado a necessidade dessa organização e ser feito um documento atualizado. Em seguida o diretor João colocou as dinâmicas de organização com o quadro de funcionários da instituição pois tem tido atestados e desistências, gerando uma nova estruturação.

Nada mais havendo a tratar, eu Eliane Maria de Jesus lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada por mim e demais presentes.